



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

RESISTÊNCIA NEGRA NO CENTRO DE SÃO PAULO: QUEM SÃO OS MORADORES DAS OCUPAÇÕES DE EDIFÍCIOS ABANDONADOS

JULISE DO NASCIMENTO RIBEIRO ¹

Resumo: Esse artigo tem como objetivo discutir a segregação socioespacial de uma perspectiva racial, a partir da análise de mapas da cidade de São Paulo e de dados socioeconômicos de moradores de 13 ocupações de edifícios na região central, levantados entre 2021 e 2023, pelo trabalho conjunto de assessorias técnicas e movimentos sociais de luta por moradia. Foram apresentados mapas que demonstram que a segregação urbana apresenta um recorte racial e analisados os indicadores de raça e gênero dos moradores, assim como os de trabalho, renda e mobilidade, que foram comparados a mapas de acesso a emprego formal, renda média mensal e tempo de deslocamento. O trabalho objetiva contribuir com a discussão sobre a importância das ocupações de moradia no centro de São Paulo para a luta contra a segregação urbana racializada.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; Racismo; Habitação; Ocupação; Movimentos Sociais.

INTRODUÇÃO

A segregação socioespacial é característica marcante das cidades brasileiras, decorrente do histórico de formação do espaço urbano baseado na dominação das elites coloniais, que se perpetuou ao longo das transformações sociais, revoltas populares e mudanças nos sistemas econômico e de governo do país, apresentando não apenas um recorte de classe como de raça. Na introdução do livro *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*, Viotti (1991, p.15-16) aponta que apesar dessas transformações “as estruturas socioeconômicas da sociedade brasileira não se alteraram profundamente” pois “o sistema de clientela e patronagem que permeava toda a sociedade minimizou as tensões de raça e de classe”.

A urbanização da cidade de São Paulo se deu a partir de um aumento populacional no final do século XIX e início do XX, influenciado pelo ciclo econômico do café, a industrialização e as políticas de incentivo a imigração, que proporcionaram a vinda de um alto contingente de trabalhadores brancos europeus - principalmente italianos - para a cidade. Segundo Casé Angatu (Santos, 2017 [1998]), no livro *Nem tudo era italiano*, esse processo de branqueamento da população representava os ideais de progresso e

¹ Pós graduanda na Escola da Cidade, no curso Cidades em Disputa. Arquiteta e Urbanista na FIO Assessoria Técnica Popular - juliseribeiro@gmail.com



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

desenvolvimento desejados pelas classes abastadas, com suas expectativas sociais e culturais referenciadas no continente europeu, e provocou uma marginalização dos nacionais despossuídos - caboclos, caipiras, negros, índios e mestiços.

A preferência pelos trabalhadores estrangeiros estava associada a uma rejeição em relação aos modos de viver da parcela nacional pobre, descritos como inadequados a uma cidade que procurava se desenvolver seguindo os moldes europeus de comportamento. (Santos, 2017 [1998], p.43)

Se em meados do século XIX a região central de São Paulo era “simbólica e concretamente um território negro” (Ronik, 1997, p.67), a partir de 1877 a administração pública inicia um processo de higienização dessa região, que se intensifica na gestão municipal de Antônio Prado (1899-1911), com alargamento de ruas e praças, demolição de cortiços, igrejas, irmandades e mercados frequentados pela população negra, indígena e mestiça (Ronik, 1997, p.67). O Plano de Melhoramentos da Capital, foi então uma ferramenta do planejamento urbano, que, como outros planos elaborados no mesmo período, impunha sobre a cidade interesses das elites (Villaça, 1999), resultando em um processo de marginalização da população, que apresenta um aspecto espacial, para além do econômico, político e social.

Apesar desse processo de higienização se estender ao longo do século XX, as disputas em torno da região central continuaram, e a população negra, indígena, mestiça e pobre manteve espaços de resistência, sociabilidade, cultura e moradia no centro, mesmo quando ameaçadas pelos constantes processos de abandono e retomada da região pelas elites.

Em 1979 se articulam os primeiros movimentos sociais de luta por moradia em São Paulo, que a partir do final dos anos 90 passam a atuar também no centro da cidade (Lara et al. 2022, p.16), ocupando edifícios que vinham sendo abandonados desde o esvaziamento do centro nos anos 70. Muitos desses imóveis são espólios com altas dívidas de IPTU, e as ocupações tinham como objetivo denunciar o não cumprimento da função social dessas propriedades, reivindicando a provisão habitacional. Um levantamento feito por Trindade (2015) “indica que foram realizadas cerca de 105 ocupações em imóveis vazios no centro de São Paulo entre 1997 e 2012”.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

Inicialmente de caráter temporário, algumas dessas ocupações permanecem por muitos anos, devido à ineficiência das políticas públicas habitacionais existentes, passando a lutar por regularização fundiária, melhorias habitacionais e retrofit dos edifícios ocupados. Os movimentos apresentam não apenas um recorte de classe como também de raça, sendo compostos por uma grande parcela de pessoas negras (pretas e pardas), inclusive migrantes e imigrantes, que reivindicam o direito à moradia digna como porta de entrada para outros direitos como saúde, educação, cultura, lazer, transporte, saneamento, trabalho e renda.

Quando perguntada sobre o porquê de o movimento ter como estratégia a disputa por moradia no centro da cidade, Carmen Silva, liderança do Movimento sem Teto do Centro (MSTC), responde que é por ser uma área já urbanizada². Diversos autores já enfatizaram a importância do centro de São Paulo enquanto território “dotado de infraestrutura, farta rede de transportes, serviços e equipamentos, oportunidades de trabalho e de geração de renda” (Neuhold, 2009, p.17). Portanto, é importante considerar que

(...) o conceito do direito à cidade estampado na bandeira de luta dos movimentos enfatiza que a moradia é digna somente quando a sua localização favorece o desenvolvimento social das famílias. (Kohara, 2013, p. 188 apud Lara et al., 2022, p.24).

No texto *A importância e a legitimidade das ocupações em áreas centrais*, Trindade (2015) aponta o papel dos movimentos e das ocupações em áreas centrais para a inclusão da pauta da produção habitacional em áreas bem localizadas na opinião pública e no debate político.

Nos últimos anos o centro tem sido alvo de um novo ciclo de retomada pelas elites do capital financeiro, com apoio do poder público e através da apropriação de instrumentos da política urbana para atender interesses do mercado. Com obras que buscam revitalizar a região, como o Novo Anhangabaú (2022), um Projeto de Intervenção Urbana (PIU) para o Setor Central e a produção habitacional por meio de Parcerias Público Privadas (PPPs), a municipalidade segue priorizando os interesses do mercado

² Em entrevista concedida à FIO ATP no ano de 2022, para a publicação *Assessoria Técnica Popular: A prática em Movimento*.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

imobiliário com projetos que não atendem as faixas de renda mais baixas população ou através da produção habitacional em regiões periféricas com menor acesso à infraestrutura e serviços, enquanto promove a valorização e gentrificação da área central. Passados cinco anos da tragédia do incêndio e queda do edifício Wilton Paes de Almeida em 2018, ocasião do mapeamento e visita a 51 ocupações na região central do município de São Paulo pela Coordenação Municipal de Defesa Civil (COMDEC)³, não foi elaborada uma política pública municipal que atenda a demanda dos moradores das ocupações no centro. A atuação do poder público demonstra uma tentativa de reprodução dos processos de marginalização da população negra, indígena, mestiça e pobre na cidade, fortalecendo a segregação socioespacial existente.

Dada a importância da luta dos movimentos sociais pelo direito à moradia digna e pela permanência no centro para a discussão sobre direito à cidade e as estratégias de existência e resistência negra no espaço urbano, neste artigo pretendemos analisar os indicadores de raça e gênero, em comparação aos de trabalho, renda e mobilidade, de uma base de dados de levantamentos socioeconômicos realizados entre os anos de 2021 e 2023, em 13 ocupações de moradia do centro de São Paulo, através do trabalho conjunto de assessorias técnicas e movimentos sociais de luta por moradia⁴.

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA RACIALIZADA

De acordo com Villaça (2011) no artigo *São Paulo: Segregação Urbana e Desigualdade*, o espaço urbano é socialmente produzido e “a segregação é a mais importante manifestação espacial urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade” (2011, p. 37), sendo, portanto, um aspecto fundamental para a análise do espaço urbano das metrópoles brasileiras. Mas como já apontado por outros pesquisadores, na maior parte

³ Portaria 353, de 16 de maio de 2018, da prefeitura de São Paulo.

⁴ Trabalhos de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) realizados pelas assessorias FIO Assessoria Técnica Popular, Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais e Coletivo MOLA em ocupações dos seguintes movimentos: Movimento sem Teto do Centro (MSTC), Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ), Frente de Luta por Moradia (FLM), Movimento de Moradia do Centro (MMC), Brigadas Populares, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), além de duas ocupações sem movimento de moradia, realizados em parceria com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e a Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia (ULCM).



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

das análises sobre segregação urbana falta o recorte racial como estruturante da desigualdade. Os mapas produzidos pela Rede Nossa São Paulo no Mapa da Desigualdade (2022), apresentam dados sistematizados que permitem uma leitura espacializada da segregação.

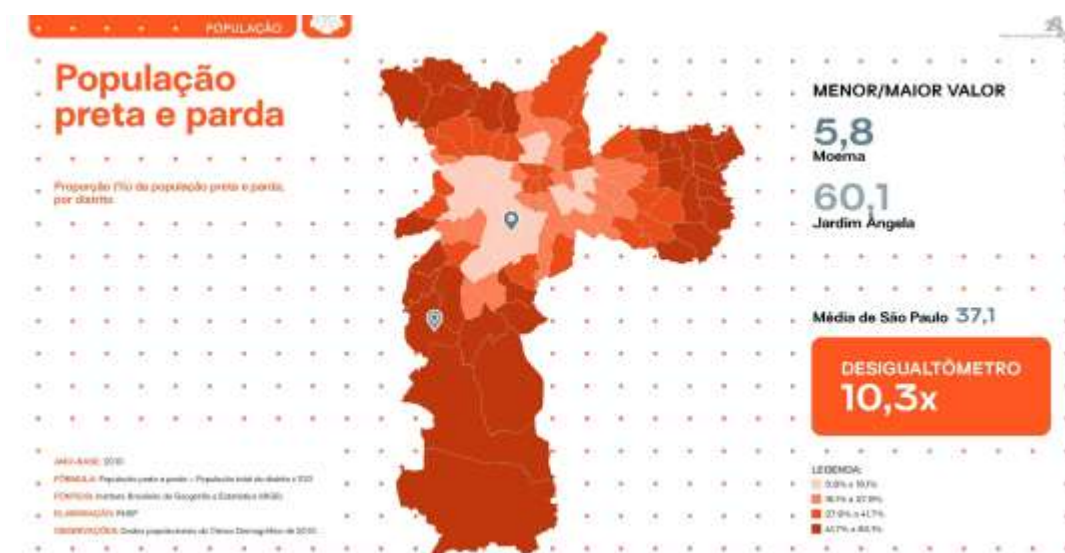


Figura 1 - População Preta e Parda. Fonte: Mapa da Desigualdade 2022

No item *População Preta e Parda* é possível visualizar a predominância de população branca nas regiões centrais, mais dotadas de infraestrutura, em especial no que Villaça (2011) chama de “quadrante sudoeste” - com bairros como Moema apresentando o percentual ínfimo de 5,8% de pretos e pardos. A exceção na região central são os distritos do centro histórico, República, Sé, Bom Retiro, Brás e Pari, que apresentam índices entre 27,9% e 41,7%, longe de demonstrar uma predominância dessa população. As regiões de maior presença da população negra são os distritos periféricos, nos extremos da zona norte, leste e sul.

Ainda segundo Villaça (2011), o quadrante sudoeste é a região que possui menores índices de vulnerabilidade social, um clima mais ameno que no restante da zona urbana, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais alto do município, os melhores locais



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

para os jovens, é a região onde estão localizadas praticamente todas as Zonas Exclusivamente Residenciais Unifamiliares (Z-1), a que possui o menor número de óbitos por homicídio e o menor percentual de negros da cidade, menos de 10%.

A base cartográfica *Cor da população e tipo de domicílio*, produzida pelo LabCidade e divulgada no artigo *A verticalização de mercado em São Paulo é branca* (2021), demonstra com o cruzamento desses dois indicadores em quais áreas da região metropolitana de São Paulo há maior percentual de população negra ou branca em moradias horizontais ou verticais.

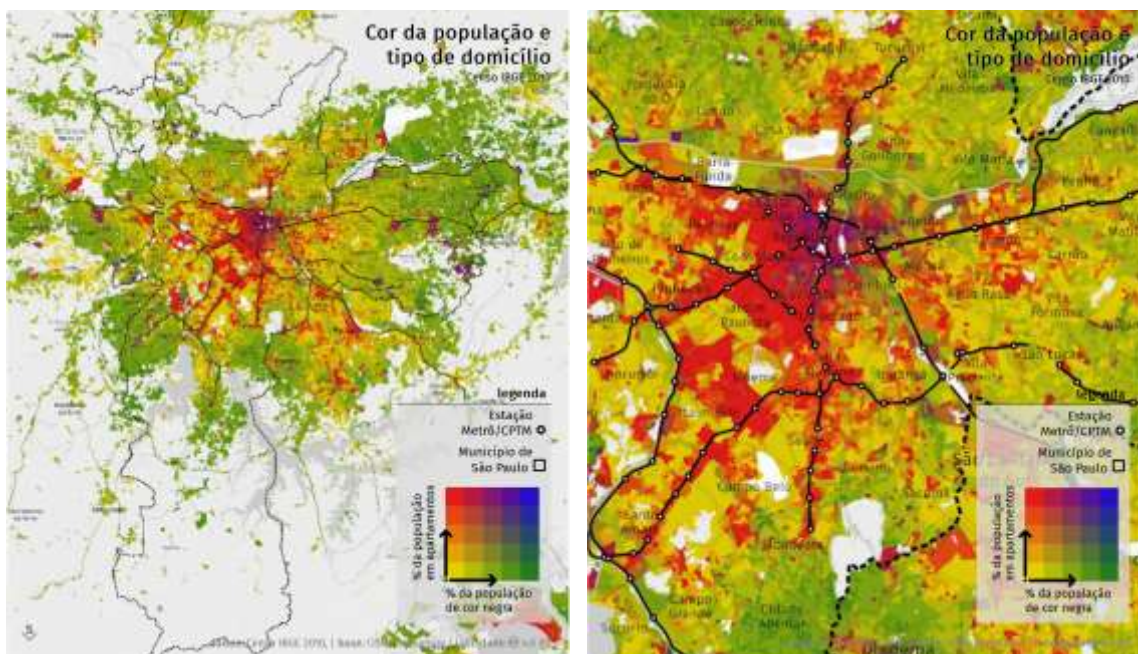


Figura 1 - População Preta e Parda. Fonte: Mapa da Desigualdade 2022

No mapa é possível visualizar novamente uma predominância de população negra nas margens da região metropolitana, em habitações horizontais (na cor verde) em sua maior parte autoconstruídas. O artigo argumenta que o incentivo ao adensamento vertical das regiões centrais e eixos de transporte através da construção de novas unidades pelo mercado imobiliário não reduz a segregação socioespacial racial, pois essas moradias são acessadas pela população branca (na cor vermelha), enquanto as moradias verticais



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

acessadas pela população negra (na cor roxa) são ou os conjuntos habitacionais nas periferias - produzidos pelas políticas públicas que reforçam a segregação - ou edifícios no centro histórico, muitos dos quais são ocupações realizadas pelos movimentos sociais de luta por moradia.

Para Gisele Brito, no texto *O futuro da cidade é branco? Plano Diretor de SP diz que sim* (2023), as políticas públicas urbanas aprovadas pela revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE) em 26 de junho de 2023, direcionadas principalmente para a produção imobiliária e adensamento vertical, promovem um “aumento das áreas de exclusividade branca da cidade”, assegurando também a permanência dessas áreas já estabelecidas, como o quadrante sudoeste. Para a autora, a aprovação do PDE “agrava a crise ambiental, a desigualdade e o racismo que caracterizam a capital paulista”.

AS MORADORAS DAS OCUPAÇÕES

Para essa análise, foi sistematizada uma base de dados de levantamentos socioeconômicos realizados entre os anos de 2021 e 2023, em 13 ocupações de moradia em edifícios do centro de São Paulo, localizadas nos distritos da Sé (6), República (5), Vila Mariana (1) e Belém (1). Essas ocupações possuem entre 4 e 128 unidades habitacionais, totalizando um universo de 578. Dessas, 286 moradores representantes dessas UHs responderam ao questionário, ou seja, 49,48% do universo. Informações como o nome das ocupações, endereço, nome dos moradores e lideranças foram preservados por serem dados sensíveis. Foi possível sistematizar indicadores de raça, gênero, acesso a trabalho, renda mensal, meio de transporte e tempo de deslocamento. Outros indicadores como acesso à rede pública de saúde, a equipamentos públicos em geral, escolaridade, condição de moradia anterior à ocupação, estados e países de origem foram levantados, mas não foram sistematizados no âmbito desse trabalho.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em termos de cor ou raça por autodeclaração, 63,9% dos habitantes paulistas se declararam brancos, 29,1% pardos, 5,5% pretos, 1,4% amarelos e 0,1%



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

indígenas. Totalizando 34,6% negros (pretos e pardos). Nas ocupações o quadro se inverte: 23,1% se declaram brancos, 42,3% pardos, 28,3% pretos, 3,15% amarelos e 2,45% indígenas. Totalizando 70,6% de negros (pretos e pardos), praticamente o dobro do percentual de São Paulo, maior que o percentual médio encontrado no distrito Jardim Angela, de 60,1%, e maior ainda que a média dos distritos onde estão localizadas a maioria das ocupações, República e Sé, que ficam entre 27,9% e 41,7% (Figura 1). Também chama atenção o percentual de amarelos e indígenas, que juntos compõem 5,6% dos respondentes.

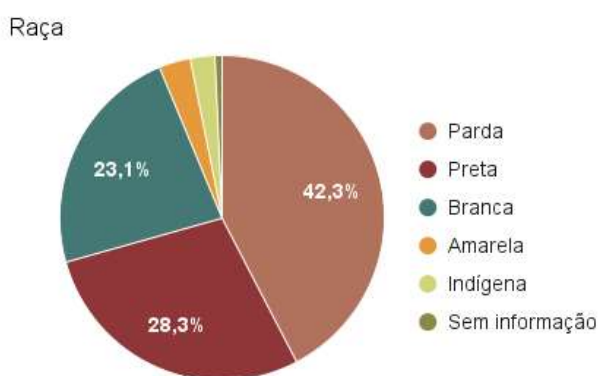


Figura 4 – Distribuição dos moradores das ocupações por raça
Fonte: Elaboração própria a partir de dados socioeconômicos

Quanto ao dado de gênero, nas ocupações levantadas as mulheres são 59,7%, entre cis e trans, e os homens 39,9%. Diversas autoras já trataram da centralidade das mulheres na luta pela moradia, enquanto lideranças, coordenadoras e ocupantes, e da importância da luta coletiva na construção da autonomia dessas mulheres, que a partir de formas de organização que diferem das estabelecidas pelo modo de produção capitalista, constroem outros modos de morar e de viver a cidade. No artigo *Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia* (2019), Helene escreve que:

(...) as diferenças de gênero se articulam de forma indissociável às outras formas de opressão capitalista que estruturam as desigualdades urbanas, engendrando uma luta por direito à cidade marcada por segregações de classe, raça e gênero.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

Gênero

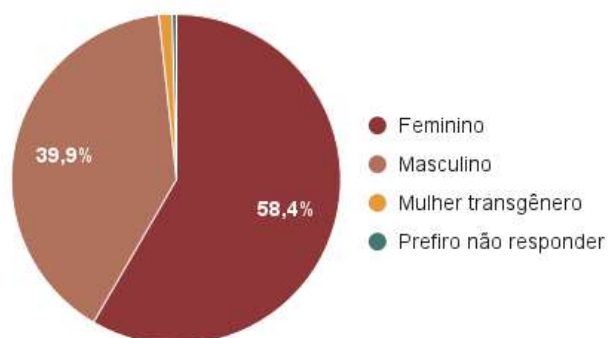


Figura 5 – Distribuição dos moradores das ocupações por gênero
Fonte: Elaboração própria a partir de dados socioeconômicos

A partir desses dois indicadores que caracterizam os moradores das ocupações enquanto majoritariamente pessoas negras, mas principalmente enquanto mulheres negras, interessa para essa investigação entender se através da moradia nas ocupações essas pessoas têm acessado melhores condições de vida.

TRABALHO E RENDA

Começando pelo acesso a trabalho e renda, o mapa *Oferta de emprego formal (2022)* demonstra que a maioria dos empregos formais está nos distritos da região central e do quadrante sudoeste, enquanto os distritos com menor taxa de emprego formal a cada dez habitantes estão nas regiões periféricas da cidade, nos extremos da zona norte, leste e sul, onde estão também os distritos com maior percentual de população negra. Dos distritos onde se encontram as ocupações, República e Sé apresentam os melhores índices - 14 a 67.1 - enquanto a Vila Mariana e o Belém ficam entre 5,6 a 14 ofertas de emprego formal para cada dez habitantes.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

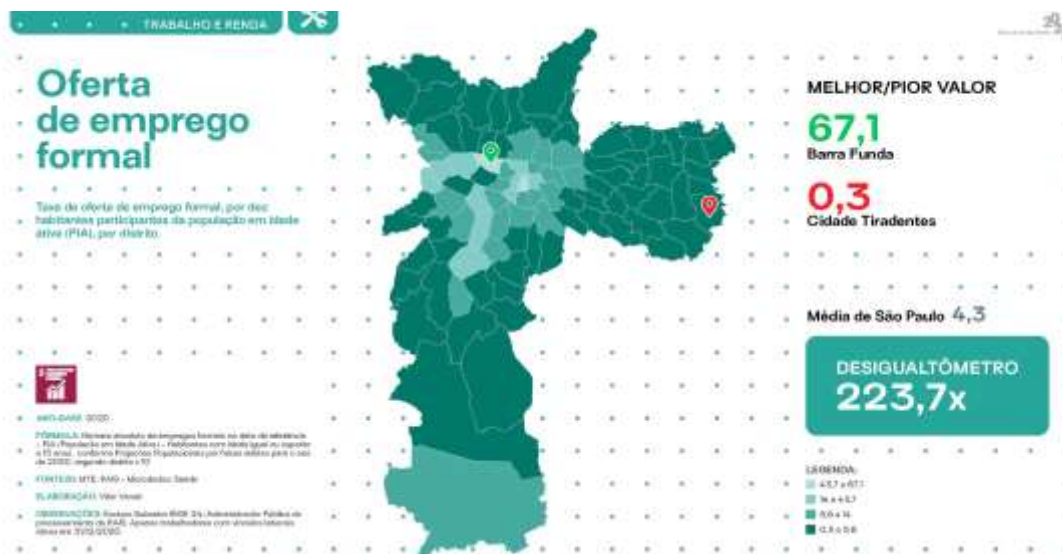


Figura 6 – Oferta de emprego normal
Fonte: Mapa da desigualdade 2022

Ao longo desse trabalho ainda não foram levantados indicadores que demonstrem a porcentagem da população com acesso a emprego formal e informal por distrito, esse seria um caminho para o cruzamento desses mapeamentos com o levantamento das ocupações. Os dados de situação de trabalho dos moradores demonstram que 27% têm acesso a emprego formal, enquanto 24,6% estão em trabalhos informais, 19,3% atuam de forma autônoma e 1% estão em trabalho temporário. Os desempregados são 20,35%, donas de casa 3,51% e aposentadas 2,81%.

Situação de trabalho

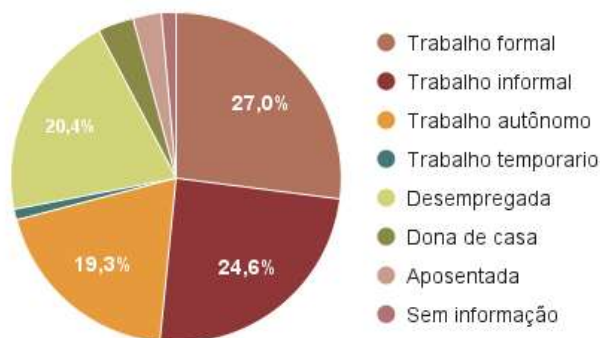


Figura 7 – Situação de trabalho dos moradores das ocupações
Fonte: Elaboração própria a partir de dados socioeconômicos



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

Segundo Villaça (2011) no texto supracitado, a maior parte da população trabalha no setor terciário, mas enquanto os empregos das classes mais ricas estão concentrados no quadrante sudoeste, próximo a suas residências, os da população pobre estão espalhados pela cidade: no quadrante sudoeste, no centro antigo, nos centros de bairros populares e nos centros de cidades da região metropolitana. Isso teria uma relação com o tempo de deslocamento, que seria maior para a população pobre e que para o autor é o que define a segregação espacial urbana. Mas antes de falar de mobilidade, vamos ao indicador de renda média mensal.

O item *Remuneração média mensal do emprego formal* do Mapa da Desigualdade (2022) apresenta dados de renda que possibilitam uma comparação com os dados levantados nas ocupações. É interessante pontuar que o pior valor encontra-se mais perto do valor do salário mínimo atual, de 1.320,00, enquanto o melhor valor está mais próximo do salário mínimo necessário, apontado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), de 6.280,93 em setembro de 2023.

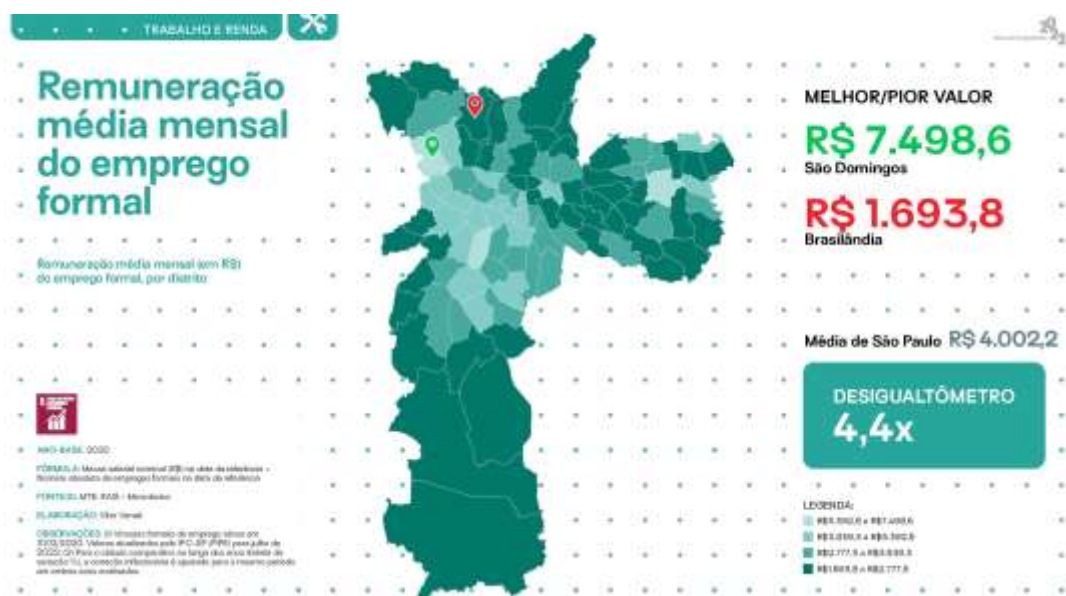


Figura 8 – Remuneração média mensal do emprego normal
Fonte: Mapa da desigualdade 2022



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

Os dados de renda mensal individual demonstram que mesmo as ocupações estando localizadas em distritos cuja renda mensal média está entre R\$3.839,3 e R\$7.498,6, a maior parte das moradoras, 77,62%, possui renda de até 2 salários mínimos, atualmente R\$2.640,0⁵, menor do que a média mais baixa dos distritos onde moram. É possível que esse fato se relacione com o baixo acesso ao emprego formal, 27%, comparado aos 44,91% que acessam trabalhos informais, autônomos ou temporários, que talvez proporcionem uma renda mensal mais baixa. Ainda assim, os respondentes que recebem entre 2 e 6 salários mínimos são apenas 2,8%, o que não corresponde ao percentual de acesso a emprego formal.

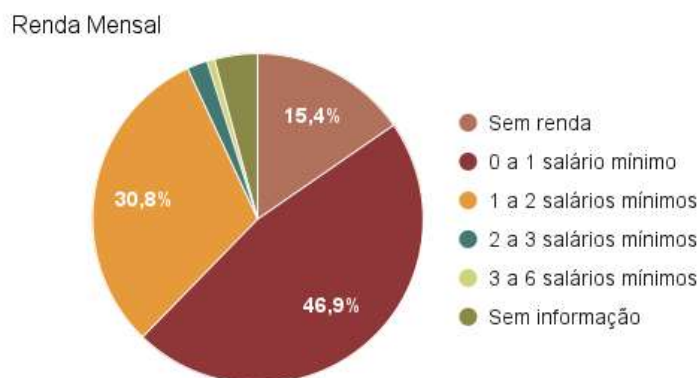


Figura 9 – Situação de trabalho dos moradores das ocupações
Fonte: Elaboração própria a partir de dados socioeconômicos

Para responder por que as moradoras das ocupações, mesmo estando localizadas em distritos de maior acesso a empregos formais e renda média mensal mais alta, não acessam esses empregos e faixas de renda, podemos futuramente mobilizar outros indicadores levantados, como escolaridade e profissão, assim como dados gerais do município.

MOBILIDADE

Villaça (2011) aponta que a segregação urbana se dá pelo controle do tempo de deslocamento na cidade, sendo o deslocamento para o trabalho o que tem maior impacto

⁵ Os dados foram levantados entre 2021 e 2023. Em 2021 o salário mínimo era de R\$1.100,00, em 2022 de R\$1.212,00, em 2023 é de R\$1.320,00.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

na vida da classe trabalhadora. Argumenta ainda que “a classe dominante manipula a produção desse espaço priorizando sempre a otimização dos seus tempos de deslocamento”, ou seja, priorizando as obras do sistema viário individual, em detrimento das obras referentes ao transporte público de massa.

O mapa *Tempo médio de deslocamento por transporte público* oferece um panorama do tempo de deslocamento por viagem, dos moradores de cada distrito. É possível visualizar que quanto mais distante do centro expandido, maior o tempo gasto em deslocamento em minutos. Novamente os distritos com piores índices estão entre os extremos da zona norte, leste e sul, coincidindo com distritos que apresentam maiores percentuais de população negra. República, Sé, Vila Mariana e Belém, distritos onde estão localizadas as ocupações, apresentam os melhores índices, entre 25 e 33 minutos o tempo médio de deslocamento. O mapa não inclui deslocamentos a pé, por carro, moto ou bicicleta.

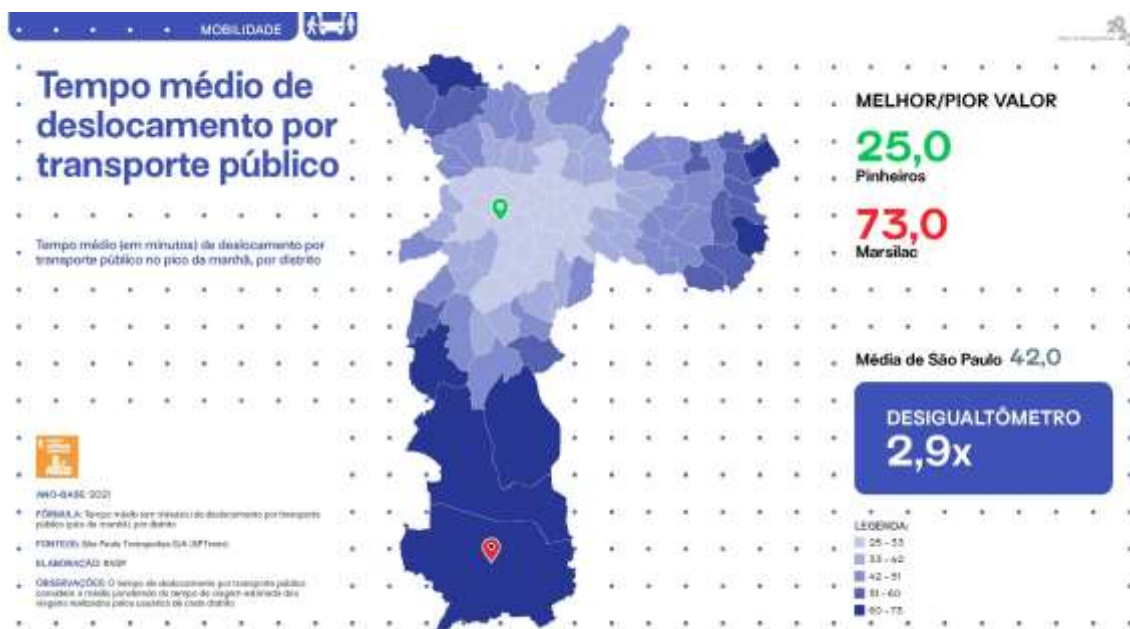


Figura 10 – Tempo médio de deslocamento por transporte público
Fonte: Mapa da desigualdade 2022

De acordo com os dados do levantamento socioeconômico das ocupações, muitos moradores fazem uso de transporte público: 39,8% usam ônibus, 29% metro e 5,94% trem. Apenas 4,20% utilizam carro, 0,35% moto e 0,35% aplicativos de transporte,



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

enquanto 5,94% usam bicicleta. Porém, mais da metade, 51%, responderam que se deslocam a pé, sendo que 31,82% se deslocam *apenas* a pé. O caminhar como meio de transporte chama atenção por possibilitar outro tipo de relação e interação com a cidade, além de ser econômico, mais saudável e menos poluente.

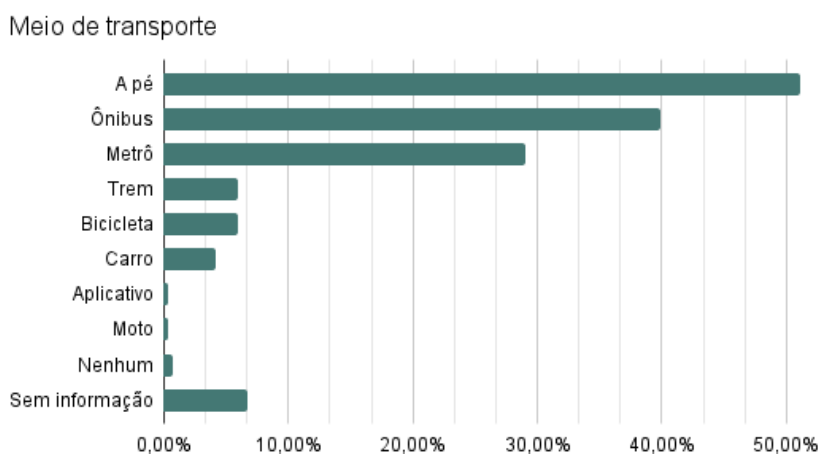


Figura 11 – Meio de transporte utilizado pelos moradores das ocupações
Fonte: Elaboração própria a partir de dados socioeconômicos

Esses dados, quando comparados aos de tempo de deslocamento diário - somando deslocamentos entre casa, trabalho e estudo - dos moradores das ocupações, demonstram que a maior parte dos trajetos são feitos a curtas distâncias, pois a maioria dos moradores, 63,7%, gastam até 1h diária em deslocamento, sendo que 48,6% gastam até 30 minutos. A pesquisa *Viver em SP: Mobilidade Urbana (2023)* demonstra que a média do município é de 2h26m de tempo diário gasto em deslocamento, muito acima do observado nas ocupações.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

Tempo de deslocamento

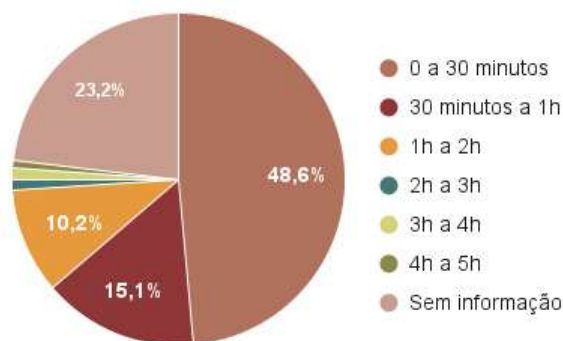


Figura 12 – Tempo de deslocamento dos moradores das ocupações
Fonte: Elaboração própria a partir de dados socioeconômicos

É possível argumentar que apesar do transporte ser um estruturador da segregação urbana, a especulação imobiliária do preço da terra, que determina a localização da moradia de determinados grupos da sociedade, é um fator determinante para o aumento do tempo de deslocamento e conseqüentemente para a segregação socioespacial, que afeta principalmente as pessoas negras. As ocupações no centro promoveriam, portanto, o acesso a regiões onde o tempo de deslocamento é reduzido e qualificado, diminuindo a segregação urbana.

Conclusão

Esse artigo teve como proposta um primeiro olhar com recorte racial para uma base de dados socioeconômicos levantados nas ocupações de moradia em edifícios no centro da cidade de São Paulo. Foi possível observar em mapas que a desigualdade racial se manifesta na construção do espaço urbano, sendo produto do histórico da formação racista da cidade e é reforçada pelas políticas públicas urbanas atuais que priorizam a produção do mercado imobiliário - acessada quase exclusivamente por pessoas brancas - em detrimento da garantia dos direitos da maior parte da população.

Os dados sistematizados demonstram o que é observado empiricamente, que as pessoas que constroem a luta pelo direito à moradia no centro de São Paulo são mulheres negras. Através da luta organizada, essas mulheres têm acesso à moradia em



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

regiões urbanizadas, com infraestrutura e serviços, trazendo ainda para o centro do debate público a pauta da moradia relacionada ao acesso a outros direitos.

Em termos de acesso ao trabalho, apesar da localização da moradia no centro aproximar as moradoras da oferta de empregos formais, o acesso a esses é baixo, sendo o trabalho informal, autônomo ou temporário predominante, o que deve ser explicado por outros fatores, assim como a falta de acesso a faixas de renda maiores que 2 salários mínimos. No fator mobilidade, foi observada a predominância do uso de caminhadas como meio de transporte, seguido pelo transporte público, e um tempo de deslocamento muito abaixo da média do município. Esses dois indicadores relacionados indicam que o acesso à moradia na região central permite relação qualificada com a mobilidade, o tempo e o espaço urbano.

Muitos caminhos são possíveis a partir da análise desses e de outros dados levantados junto aos moradores das ocupações. As políticas de branqueamento da cidade seguem existindo, e avançam em bairros da região central, portanto, a importância de uma análise a partir da perspectiva racial se dá pela urgência de um debate acadêmico que apoie a luta por uma cidade antirracista e evidencie as ações afirmativas realizadas a mais de vinte anos pelos movimentos sociais de luta por moradia.

REFERÊNCIAS

BRITO, Gisele. **O futuro da cidade é branco? Plano Diretor de SP diz que sim.** LabCidade. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/o-futuro-da-cidade-e-branco-plano-diretor-de-sp-diz-que-sim/>. Acesso em: 05/10/2023.

DOS SANTOS, Carlos José Ferreira. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915.** São Paulo: Annablume, 2027 [1998].

HELENE, Diana. **Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia.** Cadernos Metrôpole, v. 21, 2019, p. 951-974.

LARA, A.R. de; MASSA, A.; LIMA, B.; RIBEIRO, J.; PIOTTO, M.L. **Assessoria técnica popular: a prática em movimento.** ISBN 978-65-998338-0-9, edição 1, São Paulo, SP, 2022.

MENDONÇA, Pedro. BRITO, Gisele. ROLNIK, Raquel. SANTORO, Paula Freire.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

MARINO, Aluizio. **A verticalização de mercado em São Paulo é branca**. LabCidade. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/a-verticalizacao-de-mercado-em-sao-paulo-e-branca/>. Acesso em: 05/10/2023.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. **Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos**: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Rede Nossa São Paulo, Instituto cidades sustentáveis. **Mapa da Desigualdade 2022**. São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Mapa-da-Desigualdade-2022_MAPAS_23.pdf. Acesso em: 05/10/2023.

Rede Nossa São Paulo. **Viver em SP: Mobilidade Urbana**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/09/ViverEmSP-Mobilidade-2021-apresentacao.pdf>. Acesso em: 05/10/2023.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1997.

SÃO PAULO. **Prefeitura Municipal de São Paulo, Portaria 353, de 16 de maio de 2018, “Institui no âmbito da Secretaria do Governo Municipal Grupo Executivo (...)”**, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-prefeito-pref-353-de-16-de-maio-de-2018>. Acesso em: 05/10/2023.

SÃO PAULO: **Salário mínimo nominal e necessário**. DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 05/10/2023.

TRINDADE, Thiago. **A importância e a legitimidade das ocupações em áreas centrais**. LabCidade, 2015. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/a-importancia-e-a-legitimidade-das-ocupacoes-em-areas-centrais/>. Acesso em: 05/10/2023.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição à história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEAK, C; SCHIFFER, S. O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999. p. 171-243.

VILLAÇA, Flávio. **São Paulo: segregação urbana e desigualdade**. Estudos Avançados, v. 25, n. 71, 2011, p. 37-58.

VIOTTI, E. C. **Da Monarquia à República: Momentos decisivos**. 6a ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1991.